

## WORKSHOP DO BANCO MUNDIAL DISCUTE MAIOR TRANSPARÊNCIA FISCAL DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Especialistas discutem adoção do Padrão EITI de transparência, porém medida esbarra no sigilo fiscal e causa muita polêmica. Presidente da ANTC sugere criação de selo internacional para estimular a cultura de transparência fiscal das empresas do setor.

**BRASÍLIA.** Na última terça-feira (6), a presidente da ANTC, Lucieni Pereira, participou do workshop “Governo Aberto e Transparência nas Indústrias Extrativas”. O evento, realizado pelo Banco Mundial, reuniu representantes governamentais, da sociedade civil, acadêmicos e empresas do setor privado. A diretora do Banco para o Brasil, Deborah Wetzel, abriu o evento, seguida da palestra de Jonas Moberg, Head ITIE (Oslo, Noruega). A ANTC, o INESC e o Contas Abertas representaram a sociedade civil no workshop, enquanto a Petrobrás e a Vale representaram as empresas do setor de extração de recursos naturais que adotam o Padrão EITI. Representando o Governo Federal estavam Luis Balduino, diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e de Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Luis Navarro de Britto Filho, secretário-executivo da Controladoria-Geral da União (CGU). José Roberto Afonso, consultor do Banco Mundial e que foi o grande articulador da Lei de Responsabilidade Fiscal brasileira, apresentou o relatório “Transparência Fiscal: uma análise da indústria extrativa mineral brasileira” e a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE). A EITI é um padrão global que promove a transparência das rendas, estabelecendo uma metodologia para o controle dos pagamentos de empresas e receitas governamentais no nível nacional, permitindo que os cidadãos se envolvam para assegurar que estão sendo beneficiados pela riqueza nacional proveniente dos recursos naturais. Os países que adotam o Padrão EITI criam o seu próprio processo, que é supervisionado por participantes do governo, de empresas e da sociedade civil organizada.

Fotos: ANTC



Deborah Wetzel, diretora do Banco para o Brasil, abriu o workshop sobre “Governo Aberto e Transparência nas Indústrias Extrativas”. Jonas Moberg, Head ITIE (Oslo, Noruega), expôs os Princípios do Padrão EITI e José Roberto Afonso, economista de carreira do BNDES e consultor do Banco Mundial, apresentou o relatório “Transparência Fiscal: uma análise da indústria extrativa mineral brasileira”

Presidente da ANTC, Lucieni Pereira, consultores do Banco Mundial e representantes da EITI e da Petrobrás durante workshop sobre transparência fiscal no escritório do Banco Mundial, iniciativa alinhada ao Open Government Partnership (OGP) ou Parceria para Governo Aberto. Em 2012, a União deve arrecadar e transferir a Estados e Municípios R\$ 20,8 bilhões a título de royalties e participações pela exploração de recursos naturais brasileiros



A Open Government Partnership (OGP) ou Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa internacional com a finalidade de assegurar compromissos de governos nas áreas de promoção da transparência, ações contra a corrupção, participação social e de fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias, de forma a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis. Durante o lançamento da OGP, o presidente Barack Obama anunciou que os EUA pretendem aderir ao Padrão EITI e formar “**uma nova parceria entre governo e indústria para assegurar que os cidadãos recebem todos os dólares que lhes são devidos pela extração dos (seus) recursos naturais**”. A presidente Dilma, na condição de co-presidente da OGP, declarou: “**para o Brasil, o governo aberto fundamenta-se em três pilares indissociáveis: a transparência que permite a prestação de contas; a participação social que assegura a cidadania e o monitoramento sistemático dos resultados das políticas públicas que asseguram uma gestão de qualidade**”. Entretanto, o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Abramo, não está satisfeito com a representatividade da sociedade civil brasileira no âmbito da iniciativa, o que motivou o envio, em abril deste ano, de carta ao conselho de orientação da OGP expressando sua preocupação. O pesquisador canadense, Greg Michener, também aponta a mesma preocupação em artigo publicado em fevereiro, no qual critica o Brasil que, na condição de país co-presidente, deixa a desejar no que tange à realização de amplas consultas públicas sobre as ações da OGP.

### POLÊMICA FISCAL



Imagem: TV NBR

Embora a OGP seja uma iniciativa do Brasil, ser mais transparente não é tarefa fácil. Adotar o Padrão EITI significa que o país deve impor a ampla divulgação dos pagamentos de tributos (impostos, taxas, etc) e das compensações financeiras pela extração dos recursos naturais. No Brasil, porém, o valor de tributo recolhido pelas empresas é protegido pelo sigilo fiscal, cuja mudança depende de reformas legais e constitucionais de ordem tributária. Durante o workshop, o representante do MRE pediu para que o Banco Mundial e a EITI respeitassem a decisão do Brasil de aderir ou não ao Padrão EITI. Disse que o custo de alterações legislativas dessa magnitude não se justifica. Todos, porém, foram unânimes quanto à necessidade de avançar na transparência e fiscalização da aplicação dos recursos dos royalties, em especial por Estados e Municípios. Lucieni sugeriu a criação de um selo internacional da EITI para as empresas **+transparentes**.



Figura: Site EITI

Atualmente, 70 grandes empresas de petróleo, gás e mineração já expressaram seu apoio aos Princípios da EITI. As brasileiras Petrobrás e Vale operam em quase 20 países que adotam o Padrão EITI, incluindo muitos membros da Parceria para o Governo Aberto.